

COMO SERÁ A POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO NA GESTÃO DE KRAUSE E HADDAD

Bob

SALÁRIOS — A atual política salarial, que prevê reajustes automáticos apenas até a faixa de três salários-mínimos, em princípio, fica mantida, segundo o ministro Gustavo Krause. Mas, estimulados por declarações do presidente do PT, Luis Inácio Lula da Silva, os pilotos da política econômica acreditam que é possível incluir os reajustes salariais na política de estabilização a ser negociada, posteriormente, através de acordos nacionais. A prefixação é uma das propostas na pauta desse acordo, que só deverá ser negociada lá para o fim do ano.

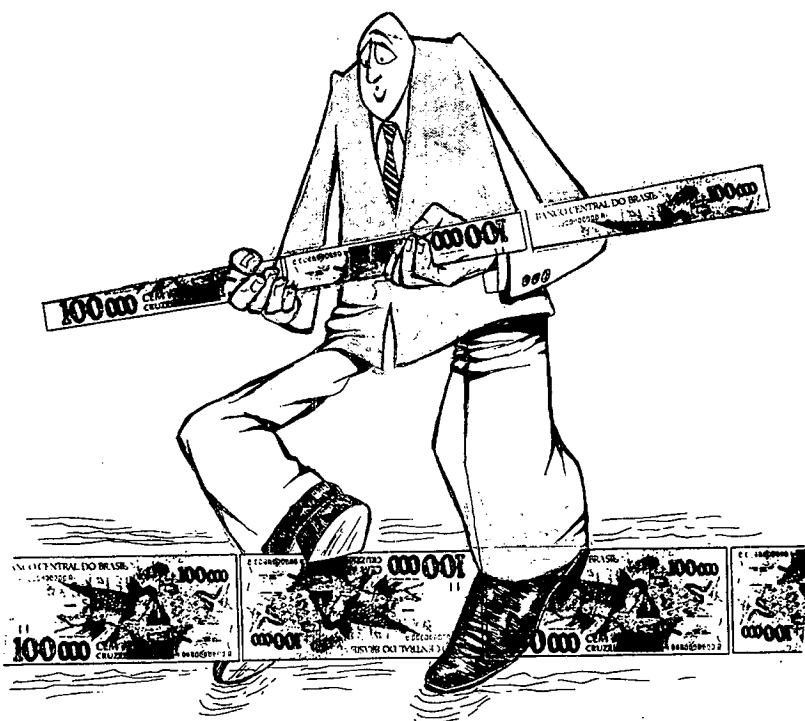
PREÇOS — Serão negociados os reajustes de preços, principalmente com os grandes monopólios e oligopólios. Haddad e Krause pretendem aproveitar a experiência da demissionária secretária Nacional de Economia, Dorothea Werneck, para avaliar as razões dos fracassos e acertos das tentativas anteriores de pacto de preços. Dorothea participou de todas as tentativas, desde o Governo Sarney. Conduziu, no Governo Collor, uma experiência bem-sucedida com o setor automobilístico, que permitiu a redução dos preços dos veículos e a manutenção dos empregos.

INVESTIMENTOS PÚBLICOS

— Haddad afirmou que não pretende ampliar os investimentos públicos de imediato, para evitar pressões inflacionárias. Ele pretende fazer uma auditoria em todo o orçamento, e "reordenar despesas", organizando programas de criação de empregos, a exemplo do que o próprio Haddad fez no início dos anos 80 em Minas Gerais, com projetos de estímulo às economias locais.

ABERTURA COMERCIAL

— O programa de abertura da economia, assim como o projeto de modernização, serão mantidos, afirma Paulo Haddad. O Governo pretende acelerar a votação, pelo Congresso, dos projetos de modernização dos portos, de propriedade industrial, concessão de serviços públicos e sobre licitações. Não está claro ainda se o presidente Itamar Franco cederá à pressão de segmentos industriais descontentes com o ritmo de abertura comercial. Muitos empresários se queixam de que a redução das alíquotas do imposto de importação está se dando numa velocidade que poderá quebrar empresas que ainda não alcançaram um padrão de pro-



ductividade suficiente para enfrentar a concorrência externa.

PRIVATIZAÇÃO — O Congresso decidirá quais são os "setores estratégicos", onde se criarão limites à privatização. Esse ponto pode criar empecilhos à privatização das empresas do sistema Telebrás e da Petrobrás, que dependem de emenda constitucional. As empresas de siderurgia e outras com leilões marcados no calendário de privatização serão vendidas. Haddad e Krause anunciaram a continuidade e o aprofundamento do programa nacional de desregulamentação.

EQUIPE DE GOVERNO — Os dois ministros pretendem manter boa parte dos quadros da burocracia que fazem parte da equipe do ex-ministro Marcílio Marques Moreira. Haddad quer reestruturar as equipes técnicas de planejamento. Os ministros afirmam que vão adotar medidas para dar gradualmente maior independência ao Banco Central na execução da política de juros. Mas, segundo Krause, está descartada a permanência da atual direção do Banco Central por mais do que 30 dias.

JUROS — Enquanto os acordos e negociações não garantirem a queda significativa da inflação, a política de juros não deve ser

afrouxada. A redução dos juros é uma das peças de negociação do Governo federal com trabalhadores e empresários, para obter queda de preços e viabilizar a retomada dos investimentos públicos em projetos sociais.

PLANEJAMENTO — Haddad acredita que a preocupação com a política de curto prazo de Marcílio enfraqueceu o planejamento estratégico do Governo. Ele anuncia um "planejamento participativo", em que estados, municípios e o Congresso participarão da elaboração de um plano que vai orientar os gastos públicos. Segundo o novo ministro, é necessário recuperar o poder aquisitivo dos salários, em queda há 12 anos, e promover distribuição de renda no país.

RECESSÃO — Apesar do discurso de crescimento do novo presidente, não se anuncia para já alguma política capaz de minimizar os efeitos da recessão. O Governo deverá criar programas de redução do desemprego só quando se convencer de que superou as expectativas negativas em relação à estabilidade econômica. Em princípio, as negociações com trabalhadores e empresários deverão incluir compromissos com o aumento da produção, através da ocupação da capacidade ociosa das indústrias.

DESMEMBRAMENTO DOS MINISTÉRIOS — O Ministério da Economia fica responsável pelo Banco Central, o Banco do Brasil, a CEF, o Tesouro, a Receita Federal. Também controlará as receitas e despesas do Governo (o controle do caixa). A pasta do Planejamento, com base nas restrições indicadas pela Fazenda, determina onde gastar, de acordo com as prioridades. Fica ainda responsável pelo relacionamento com as instituições multilaterais de estímulo ao desenvolvimento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Vai administrar o BNDES, coordenador do programa de privatização. A Economia fica com as dívidas interna e externa e sua negociação, o que coloca sob sua órbita os contatos com o FMI e os bancos credores.

DÍVIDA EXTERNA — A política em relação à comunidade financeira internacional não sofrerá mudanças. O documento divulgado na sexta-feira pelos dois ministros enfatiza que a renegociação da dívida externa foi realizada de forma adequada e que o novo Governo cumprirá todos os compromissos assumidos com os credores. O acordo assinado com os bancos privados será respeitado, o mesmo ocorrendo em relação ao acordo com o Clube de Paris. Mas não ficou claro se a nova equipe econômica manterá inalterado o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). As negociações com o FMI para a fixação das metas para o segundo semestre foram suspensas por causa da crise política.

CONTROLE DE GASTOS — A nova equipe econômica pretende criar um sistema permanente de auditoria para fiscalizar os gastos do Poder Executivo. O objetivo dessa auditoria é executar um controle sobre o manejo do dinheiro público e evitar desvios e uso indevido de verbas.

BANCO DO BRASIL E CEF — Essas duas instituições vão passar por um processo de reorganização. O BB e a Caixa foram usados como instrumento de barganha política durante a batalha contra o impeachment. O objetivo da reestruturação é fazer com que os dois bancos fiquem à margem dos interesses fisiológicos e adequá-los ao papel de agentes financiadores de áreas de interesse social, como habitação e saneamento.